



OS SONS DAS LETRAS E A APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA

Edivone Meire Oliveira

Universidade Federal do Ceará – edivonemeire@yahoo.com.br

Maristela Lage Alencar

Universidade Federal do Ceará – lagealencar@secrel.com.br

Problematização

A Educação Brasileira contemporânea se pretende democrática, inclusiva e competente, conforme apregoam os principais documentos oficiais que a regem: Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), Plano Nacional de Educação e Parâmetros Curriculares Nacionais. Nas culturas grafocêntricas, a consubstancialização desses objetivos decorre do domínio da linguagem escrita, fundamento aos demais conhecimentos reclamados pela escola e sociedade.

Todavia, conforme dados divulgados pelo Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica (SAEB) de 2001, 59% dos alunos da quarta série do Ensino Fundamental apresentavam deficiências profundas na leitura, encontravam-se no estágio *crítico* e *muito crítico*. Importa considerar que esses resultados não foram significativamente alterados no Saeb de 2003. A dificuldade dos alunos das séries iniciais na aprendizagem da leitura conduziu o Brasil a situar-se na quinta colocação entre os dez países mais atrasados mundialmente em relação à interpretação de textos, segundo o Programa de Avaliação realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência – UNESCO (2003).

Com efeito, os resultados do SAEB (1999, 2001, 2003) demonstram o fracasso da escola pública brasileira no desempenho de sua função basilar: a alfabetização e o letramento de seus alunos. A rede pública concentrava 98% dos estudantes com desempenho *muito crítico* no 4º ano do Ensino Fundamental.

Outrossim, os alunos com dificuldades na linguagem escrita, durante o Ensino Fundamental, mantiveram resultados alarmantes no Ensino Médio, principalmente os da Região Nordeste do país: 52,5% dos alunos que concluíram o Ensino Médio encontravam-se em estágio *muito crítico* e *crítico* no desempenho em Língua Portuguesa (SAEB, 2001). Esses resultados também não apresentaram mudanças qualitativas no Saeb de 2003.

Intenta-se, portanto, que os profissionais da Educação minimizem tamanha desigualdade de direitos e oportunidades, avaliando e apresentando propostas alfabetizadoras que propiciem maiores chances de sucesso a todos indiferentemente, porquanto, de acordo com Ferreiro (1993), atualmente, a linguagem escrita é uma imposição social e não uma opção individual: ser analfabeto representa considerável desvantagem social. Diante de tais constatações, pergunta-se: que componentes delineiam esse quadro de analfabetismo na escola pública brasileira? Entenda-se que as respostas a essa indagação e a busca de soluções adequadas à sua resolução configuram-se como a pedra angular sobre a qual repousa o desenvolvimento da Educação Brasileira.

Face ao exposto, impõem-se medidas que avaliem e validem teorias e seus correspondentes programas de alfabetização. Dias Sobrinho (2002, p. 56) justifica que “o sentido de poder que tem a avaliação explica o grande protagonismo que ela exhibe hoje em quase todos os âmbitos de intervenção social”. Logo, a Educação não pode mais prosseguir desprovida de práticas avaliativas que lhe possam indicar um caminho, uma *luz no fundo do túnel* .

Muitas são as teses e tentativas de se resolver o analfabetismo, assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido. Todavia, assiste-se a uma inércia diante de tantos empreendimentos – capacitação de professores, incrementos financeiros, reformas arquitetônicas, revigoramento das bibli-



otecas, reformas de estrutura e funcionamento das escolas, dentre outras – que parecem destituídos de eficácia para impactar expressivamente nessa severa realidade.

Sabe-se, porém, que diversas são as vertentes a se analisar o problema: política, social, econômica, cultural, filosófica, psicológica e metodológica, cada uma destas constituindo-se numa encruzilhada de múltiplas variáveis. Enfim, encontra-se aqui um problema deveras complexo. Seria, por conseguinte, presunção intentar compreender todas as suas dimensões. Não se ousa, portanto, explorar excessivamente todas as contendas imbricadas no analfabetismo da escola pública brasileira. Assim sendo, nesta pesquisa, far-se-á um recorte beneficiando os aspectos teóricos e metodológicos envolvidos na aquisição da linguagem escrita.

Nesse sentido, propõe-se a avaliar a eficiência de intervenções pedagógicas, mediante atividades que pretendem potencializar competências lingüísticas e metalingüísticas, à evolução da linguagem escrita: *Programa Desenvolvendo Competências Lingüísticas e Metalingüísticas*. O trabalho pretende analisar a relação entre a capacidade de reflexão sobre a língua oral e aquisição da leitura e escrita, examinando se a consciência fonológica é pré-requisito ou consequência da aprendizagem da leitura. Outrossim, verificar se as habilidades metalingüísticas das crianças podem ser exercitadas.

Procedimentos Metodológicos de Investigação

Este trabalho se configura como uma pesquisa-intervenção, haja vista se utilizar da intervenção como procedimento necessário à avaliação de uma proposta de alfabetização potencializadora de habilidades lingüísticas e metalingüísticas. Vale destacar que, embora esse tipo de investigação possa engendrar alterações na realidade das crianças do Projeto Piloto, consiste, sobremaneira, em um meio de se atingir o objetivo principal dessa investigação.

A pesquisa será operacionalizada numa turma multisseriada (1º e 2º anos) da *Escola de Educação Básica Eudes dos Santos Melgaço*, localizada na localidade Rodela (campo), Distrito de Aracatiara, Município de São Bento de Amontada-Ceará. Os critérios de seleção de uma escola do campo legitimam-se a partir de um questionamento: qual o impacto de intervenções pedagógicas ao desenvolvimento de competências lingüísticas e metalingüísticas em crianças do campo, onde se presume que a oralidade dista-se muito mais da norma culta?

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa exploratória em busca de uma escola interessada em participar do Projeto Piloto, ou melhor, espera-se desenvolver o programa com profissionais que apreciem e aceitem o desafio da iniciativa. Pretende-se trabalhar em parceria com os profissionais da escola selecionada, daí torna-se necessário o envolvimento, especialmente, da professora da turma eleita.

Selecionada a escola, serão desenvolvidas as seguintes atividades: reunião com a direção, coordenação pedagógica e a professora da turma selecionada, para explicitação da proposta de trabalho a ser efetivada com o consentimento desses profissionais; entrevistas com a coordenadora pedagógica e professora da sala eleita, objetivando-se compreender suas concepções sobre alfabetização; encontros com a coordenadora pedagógica e professora da sala eleita para socialização dos estudos sobre a temática em pauta e para a exposição das atividades centrais a serem utilizadas em aula; testes de leitura, escrita e consciência fonológica (antes do início do Programa).

Também serão realizados: observação de aspectos gerais da escola e dos procedimentos metodológicos da professora durante três semanas; operacionalização do *Programa Desenvolvendo Competências Lingüísticas e Metalingüísticas* (ainda em construção); nova bateria de testes de escrita e consciência fonológica (após a ministração do Programa) e realização de uma análise comparativa entre os resultados da turma



eleita, que considerarão em sua alfabetização os aspectos metalingüísticos da aprendizagem da leitura e da escrita, com os resultados das demais turmas da localidade, através de testes de leitura, escrita e consciência fonológica.

Programa Desenvolvendo Competências Lingüísticas e Metalingüísticas

Serão ministrados, às crianças, exercícios de consciência fonológica: produção de rima e aliteração, reprodução de estruturas rítmicas, segmentação da sílaba inicial, adição e subtração da sílaba inicial. A efetivação desse trabalho ocorrerá mediante o método fônico de alfabetização, em consonância com atividades lúdicas, a exemplo de produção de paródias e poesias, jogos diversos (brincar com os sons das palavras, alterando-os: incluir, excluir, modificar partes das palavras e, como consequência, formando novas), fantoches (a brincadeira dos personagens que sempre engolem o começo ou fim das palavras), trocadilhos (jogos de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados), cantigas folclóricas que trazem rimas, dentre outras.

Avaliação do Programa e dos alunos

O andamento do Projeto será objeto de avaliações quinzenais, conjuntamente à professora da turma, para os ajustes que possivelmente forem necessários. Nesse ínterim, avaliar-se-á também a evolução dos alunos envolvidos no Programa, com especial atenção aos que, acaso, apresentarem dificuldades.

Instrumentos de avaliação

Todo o processo – reuniões com os profissionais da escola, aulas, participações e evoluções dos alunos, seminários e

experiências cotidianas – será registrado em forma de diário de campo e relatórios, o que dará um suporte qualitativo à análise dos dados. De forma complementar, configurando a dimensão quantitativa da pesquisa, serão utilizados testes padronizados elaborados pela pesquisadora a serem ministrados individualmente e periodicamente aos alunos (atividades de leitura e escrita e de consciência fonológica: produção de rima e aliteração, reprodução de estruturas rítmicas, segmentação da sílaba inicial, adição da sílaba inicial).

Análise dos dados

As informações obtidas serão tratadas de duas formas complementares:

Quantitativa: na descrição da amostra e dos resultados dos instrumentos de aplicação (testes padronizados de consciência fonológica e leitura e escrita) serão usados gráficos, tabelas e estatística descritiva (média aritmética e desvio padrão). Os dados obtidos serão analisados quali-quantitativamente e transcritos para um arquivo, utilizando-se o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 8.0 para *Windows*.

Qualitativa: os resultados, tanto das análises estatísticas quanto dos acompanhamentos obtidos através dos relatórios, diários de campo e avaliações processuais, serão correlacionados com a quantitativa e serão objeto de interpretação fundamentados numa perspectiva sócio-construtivista e psicolingüística.

Referências Bibliográficas

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL, Projeto de Lei n.º 4.155/98. Plano Nacional de Educação. Brasília, 16/11/99.



BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei No 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.

FERREIRO, E. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1993

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Saeb). Relatório dos Resultados de 1999. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília, Ministério da Educação, 2000.

_____ Relatório Síntese de Divulgação dos Resultados de 2001. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília, Ministério da Educação, 2002.

_____ Uma Nova Leitura do Desempenho dos Estudantes da 4ª Série. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e Avaliação – entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.